



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 12/2001

Data da reunião ordinária: 26-06-2001

Início da reunião: 17:00 horas

Términus da reunião: 18:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha
Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Fernanda Bebiano Nascimento Tavares dos Santos

Cargo: Chefe de Divisão

Faltas justificadas: José Manuel Almeida Lourenço

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 25-06-2001

Operações Orçamentais: 52.547.873,30

Operações de Tesouraria: 30.023.070,50

ABERTURA

-----Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e um, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de Reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores senhores Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha, Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia. Foi considerada justificada a falta do Vereador senhor José Manuel Almeida Lourenço.-----

-----Pelas dezasete horas foi considerada aberta a reunião.-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

-----O Vereador Dr. Nuno Correia falou sobre eventual avaria na rede de saneamento do Coentral, uma vez que residentes daquele lugar lhe apresentaram o problema. Foi informado que está a ser estudado a resolução do problema que existe, relacionado com o funcionamento da ETAR.-----

-----Jornal "O Castanheirense" e Boletim Municipal - Referiu-se também ao facto de estas publicações terem sido distribuídos em simultâneo. Foi informado que se tratou de Edição Especial gratuita do Jornal com a divulgação das festividades que vão ser promovidas no concelho, com o patrocínio exclusivo da Câmara. O facto da distribuição conjunta resultou de uma opção do Gabinete de Imprensa que para o efeito não consultou a Câmara.-----

OBRAS PARTICULARES

PRIMEIRA-----

-----JOÃO VAZ FERNANDES, requer aprovação do Projecto de Arquitectura de construção de moradia unifamiliar, sito em Sarzedas de São Pedro. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SEGUNDA-----

-----ANA ISABEL ANTÃO VENTURA, requer aprovação do Projecto de Arquitectura referente à reconstrução/ampliação de moradia unifamiliar, sito em Palheira. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

TERCEIRA-----

-----HORÁCIO FRANCISCO ANTUNES COSTA, requer aprovação do Projecto de Arquitectura de Alterações à reconstrução/ampliação de Café, sito na Praça Visconde de Castanheira de Pera. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

QUARTA-----

-----ALBINO DO ROSÁRIO COELHO, requer aprovação do Projecto de Especialidades e emissão da respectiva licença, referente à ampliação de imóvel - alterações, sito na Av^a São Domingos. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido, com a recomendação à fiscalização de que deverá ser acompanhada a execução da obra, com especial atenção ao cumprimento das recomendações feitas pelo Delegado de Saúde.-----

QUINTA-----

-----OLINDO DA CONCEIÇÃO COSTA, requer aprovação do Projecto de Especialidades e emissão da respectiva licença, referente a ampliação/beneficiação de moradia, sita no Moinho Velho. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SEXTA-----

-----ARMANDO MANUEL SARAIVA DOS SANTOS, requer aprovação do

Reunião de 26 de Junho de 2001

Projecto de Especialidades e emissão da respectiva licença, referente a beneficiação de moradia, sita no Carregal Cimeiro. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-

SÉTIMA-----

-----MARIA DO ROSÁRIO TOMÁS DOS ANJOS E ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS PAIS, requerem aprovação do Projecto de especialidades e emissão da respectiva licença, referente a reconstrução/ampliação de moradia, sita na Moita. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

OITAVA-----

-----MARIA HELENA ROSA NETO ROSADO, requer aprovação do Projecto de Especialidades e emissão da respectiva licença, referente a reconstrução/ampliação de moradia, sita em Castanheira de Pera. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-

REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----FAUSTINO DA SILVA DO REGO, requer emissão do cartão de ambulante. Deferido.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE-----

PRIMEIRA-----

-----"PARECER - CANDIDATURA A INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO" - No âmbito do sistema de apoio para as iniciativas Locais de Emprego, apresentou a promotora Ana Paula da Corte Silva Carvalho, uma candidatura para a actividade de fabrico de Bonecas Artesanais.--

-----Para a instrução do respectivo processo, o Centro de Emprego, solicita o parecer desta Autarquia, conforme preceituado na Portaria nº. 196-A/2001, de 10.03, artº. 24º., nº. 2 a).-----

-----Deliberado tendo em consideração o interesse para o concelho na instalação desta Unidade Industrial, emitir parecer favorável à implementação do referido Projecto.-----

SEGUNDA-----

-----"PIJ"- Tendo em consideração o exito da iniciativa e o interesse de que se reveste o Posto de Informação Juvenil, deliberado renovar o Protocolo assinado com o Instituto Português da Juventude.-----

TERCEIRA-----

-----"VARIANTE MOREDOS FERVENÇA / MOREDOS AO PONTÃO DOS ESCONHAIS" - Presente relatório elaborado pela Comissão de Análise de Propostas da Empreitada de Construção da Variante Moredos Fervença / Moredos ao Pontão dos Esconhaís, a Câmara municipal delibera adjudicar a obra à firma Sociedade de Construções Júlio Lopes, S.A., pelo valor de 408.564.849\$00, acrescido de de IVA.-----

-----Mais delibera aprovar a minuta do respectivo contrato.-----

QUARTA-----

-----"ESGOTOS EM BOLO E PERA" - Tendo em consideração que todas as propostas apresentadas para execução da empreitada em referência têm valor consideravelmente superior ao preço base de Concurso e considerando ainda a posição que tem vindo a ser tomada pelo Tribunal de Contas nestas circunstâncias, recusando os vistos que ultrapassem os 25%, a Câmara delibera nos termos da alínea b) do nº. 1 do artº.107 do D.L.59/99, de 2 de Março, não adjudicar a obra. Mais delibera reformular o respectivo projecto e proceder à abertura de novo concurso público.-----

QUINTA-----

-----"TERRENOS POÇO BORRALHEIRO E SOBREIRO"- Adquiriu a Câmara terrenos à família Neto sitos em Poço Borralheiro e Sobreiro de que é arrendatário António Martins Marques. Tendo em consideração que os sitados terrenos são necessários para a execução da obra de Açude/ Parque Azul, foi proposto o acordo de denuncia do arrendamento que fica anexo à presente acta, dela fazendo parte integrante e no qual são estabelecidas, entre outras, uma cláusula de indemnização no valor de 2.500 contos, acordo que a Câmara delibera ratificar.-----

-----O Senhor Presidente informou que o citado acordo foi presente ao Senhor António que na sua presença e da Chefe de Divisão, concordou com as cláusulas e informou que iria assinar no dia útil seguinte por ter de se deslocar ao hospital para uma consulta, tendo afirmado que aceitava as condições e que desde já poderiam ocupar os terrenos para a execução das obras.-----

SEXTA-----

-----"FEIRA ANUAL" - Tendo em consideração que a localização da Feira Anual na Praça Visconde de Castanheira de Pera causa problemas de trânsito, agravados com o facto de presentemente estar em funcionamento apenas a estação de abastecimento de combustíveis sita nessa Praça, deliberado que no corrente ano a feira se localizará nas Avenidas Verdes (entre a Av. São Domingos e a Rotunda).-----

SÉTIMA-----

-----"ZONA HISTÓRICA DA VILA" - Foi proposto pelo Senhor Presidente e unanimemente deliberado que, para a zona Histórica da Vila, deverão ser regulamentadas normas, no sentido de ser proibida a demolição de fachadas, obrigatória a manutenção das fachadas existentes, da cércea, número de pisos/volumetrias, alinhamentos, pinturas (cor branca nas paredes), materiais de janelas e portas, entre outras. Para o efeito, deverão as referidas condicionantes serem incluídas no Plano de Urbanização em elaboração promovendo-se para o efeito um estudo sobre a realidade existente naquela zona.-----

OITAVA-----

-----"DIVISÃO DO CONCELHO" - O senhor Presidente propôs que o painel existente à entrada do concelho, do lado sul, seja pintado com graffiti, para o que obteve já proposta de execução. Foi unanimemente deliberado aceitar a proposta e mandar executar as pinturas.-----

NONA-----

-----"PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CASTANHEIRA DE PERA" - Em sequência da reunião havida entre a Câmara e a CCRC relativa à nova planta de zonamento do Plano de Urbanização de Castanheira de Pera e face às conclusões apresentadas pelos técnicos daquela Comissão, a Câmara passa a expor os fundamentos que estão na base da sua política de ordenamento territorial no que concerne à área que se pretende ver disciplinada por aquele plano.-----

----- O processo de revisão do Plano Geral de Urbanização foi iniciado em 1995. A proposta de revisão então elaborada foi submetida à apreciação de diversas entidades tendo sido emitidos os seguintes pareceres favoráveis:-----

- Comissão regional da Beira Litoral, de 16/02/96;-----
- JAE, de 28/02/96-----
- DREC, de 23/09/98-----
- DGT, de 11/11/98;-----

- DRAC, de 27/11/98;-----
- DRMEC, de 06/05/99;-----
-----Foi também consultado o IND que, dentro dos prazos legais não emitiu qualquer parecer.-----
-----A CCRC e a DGOT acompanharam todo o processo tendo-se pronunciado através das INF. LE nº. 235/97, de 1997-07-11 da CCRC; 293, de 97-07-02, 289/97 DSJ, de 97-09-29 e PUR-LE 07-1/1 -) de 13-04-2000.-----
-----Face à entrada em vigor da nova legislação, o DL 380/)), de 22 de Setembro, mais restritiva quanto ao objecto do P.U., foram levantadas novas questões que põem em causa a área de intervenção já defenida e, até ao momento, unanimemente aceite pelas diversas entidades intervenientes na elaboração do plano.-----
Esta exigência acarreta alterações substanciais na política de ordenamento territorial preconizada, executada e, em muitos aspectos, já consolidada pelo executivo em exercício.-----
De facto a realidade urbanística local demonstra que o PDM não se tem revelado eficaz especialmente no que respeita às zonas limítrofes da Vila, dado não estarem previstas áreas urbanizáveis ou de expansão que respondam de forma cabal, às necessidades actuais e que se prevêem a curto e médio prazo.-----
-----No que respeita à densidade populacional da Vila e, contrariamente ao que se verifica nas restantes áreas do Concelho, houve um aumento significativo da população resultante da concentração nesta área da população das zonas circundantes. Por outro lado tem-se observado um acréscimo dos pedidos de licenciamentos para a construção de edifícios habitacionais a par da aquisição de lotes dos vários loteamentos urbanos promovidos pela Câmara.-----
-----Perante este novo quadro é notório e real o crescimento da Vila a Norte / Valseá (área adjacente à Avenida de Leimen, Bairro Jardim, zona envolvente às piscinas municipais) e a Sul (Dordio e Retorta).-----
-----Relevante é contudo a articulação das políticas sócio-económicas com a definição dos usos e ocupação do solo, factores a que um instrumento de gestão como o plano de urbanização não poderá ser alheio sob pena da paralização e estagnação do desenvolvimento local e da restrição das alternativas que ainda restam aos Concelhos, fortemente penalizados, do Interior.-----
Neste sentido foi definida pelo actual executivo uma política de desenvolvimento que aposta, prioritariamente, no sector turístico e que se pretende seja o momento crucial de viragem e de início de um novo ciclo sócio-económico do Concelho.-----
-----É neste pressuposto que se pretende manter o perímetro previsto antes da entrada em vigor da nova legislação e aumentá-lo em determinadas zonas. É o caso da faixa urbana (de baixa densidade) ao longo da via municipal Moredos ao Pontão dos Esconhais com vista à implantação de equipamentos de apoio (e habitacionais) aos empreendimentos de animação que se pretende criar ao longo da Ribeira de Pera.-----
-----Os componentes desta intervenção urbanística, designadamente a "Praia Fluvial das Rocas" e "Açude/Parque Azul" - cujos montantes ascendem a cerca de 650.000 contos e que foram, de resto declarados de interesse público por Despacho Ministerial (MAOT) nº. 6214 de 13 de Março de 2001, justificam e exigem, a

proximidade daquela zona urbana.-----
Quanto à via Moredos ao Pontão dos Esconhais esta assume, de facto, a função de variante, sendo um mero prolongamento da estrada municipal nº. 236, apresentando-se como uma alternativa às vias da zona histórica que, pela sua dimensão, não permitem a existência de duas faixas de rodagem.-----

-----Por último, mas não menos relevante é o facto do perímetro urbano em vigor no PDM e que se pretende aplicar ao plano de urbanização corresponder aos limites do Ante-Plano de Urbanização de Castanheira de Pera definidos na década de sessenta reportando-se assim a uma realidade com mais de trinta anos.-----

-----Pelo exposto a Câmara delibera manter a área de intervenção proposta e considera, perante a realidade urbanística e territorial consolidada, as necessidades emergentes e o largo período de elaboração/aprovação do plano em apreço, não serem de aplicação directa as regras da legislação que entrou em vigor, mormente o previsto no artº. 86º. do DI 380/99 de 22 de Setembro.

DÉCIMA-----

-----"LIGAÇÃO DA EN 236-1 A SARZEDAS DE S. PEDRO (CM 1157) - ALARGAMENTO E REFORÇO" - Verificando-se a necessidade de executar trabalhos a mais e suprimir outros na obra em referência apresentou o adjudicatário proposta para a execuções dos referidos trabalhos, que foi presente na reunião, acompanhada de informação do SOU e do GAT.-----

-----Analisados os documentos, a Câmara deliberou aprovar a proposta e adjudicar os trabalhos à firma Manuel Manso Nunes, Lda. pelo valor de Esc. 2.077.631\$00 acrescidos de IVA à taxa legal.-----

DÉCIMA-PRIMEIRA-----

-----"LIGAÇÃO DA EN 236-1 À MOITA (EM 512) - ALARGAMENTO E REFORÇO" - Verificando-se a necessidade de executar trabalhos a mais e suprimir outros na obra em referência, apresentou o adjudicatário proposta para a execução dos referidos trabalhos, que foi presente na reunião, acompanhada de informação do SOU e do GAT.-----

-----Analisados os documentos a Câmara delibera aprovar a proposta incluindo o valor dos preços não contratuais e adjudicar a execução dos trabalhos ao adjudicatário, Manuel Manso Nunes, Lda. pelo valor de 1.375.282\$00 acrescido de IVA à taxa legal.---

DÉCIMA-SEGUNDA-----

-----"ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO" - Ao abrigo do artigo 31º. do Decreto 341/83, de 21 de Julho a Câmara Municipal delibera aprovar a 11ª. Alteração ao Orçamento no valor de 36.910 contos.-

DÉCIMA-TERCEIRA-----

-----"ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES (Aprovação)" - Ao abrigo do artigo 4º. do Decreto 341/83, de 21 de Julho, a Câmara Municipal delibera aprovar a 11ª. Alteração ao Plano de Actividades, no valor de 34.150 contos.-----

DÉCIMA-QUARTA-----

-----"PAGAMENTOS" - A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números: 802; 1051; 1052; 1058; 1194 a 1196; 1254 a 1257; 1259; 1261; 1266 a 1297; 1299 a 1327; 1337; 1339 a 1344; 1346 a 1369, no valor de 38.234.937\$00, respeitantes a Despesas Orçamentais e delibera por unanimidade ratificá-los-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta minutos, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria Fernanda Bebiano Nascimento Tavares dos Santos, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----